

**IMPACTO DO CONGRESSO DE MILÃO
SOBRE A LÍNGUA DOS SINAIS**

Angela Baalbaki (UERJ/INES)

angelabaalbaki@hotmail.com

Beatriz Caldas (INFNET/UGF)

beatrizcaldas@terra.com.br

1. Palavras iniciais

O congresso de Milão aconteceu em 1880. Reunia os intelectuais da época em um evento que teria consequências terríveis para as comunidades surdas do mundo todo.

Nessa ocasião ficou demonstrado que os surdos não tinham problemas fisiológicos em relação ao aparelho fonador e emissão de voz, fato esse do qual derivou a premissa básica: os surdos não têm problemas para falar. Baseando-se nessa premissa, a comunidade científica da época impôs que as línguas de sinais, ou *linguagem gestual*, conforme eram conhecidas, fossem definitivamente banidas das práticas educacionais e sociais dos surdos. Adotou-se o método de oralização.

Muito poderíamos pesquisar e trazer para este trabalho no que diz respeito às consequências do fato, mas nosso enfoque será sobre a questão em si. Para essa pequena abordagem que pretendemos desenvolver, vamos trabalhar com a análise de discurso baseada em Pêcheux, trazida ao Brasil por Eni Orlandi.

Segundo Pêcheux, a análise do discurso é uma disciplina de entremeio, entre a linguística, uma teoria marxista e uma visão psicanalista. Embora não seja subsidiária nem dependente de nenhuma dessas disciplinas, reterritorializa alguns de seus conceitos.

Assim, os postulados da linguística continuam a valer a partir do ponto de vista da análise do discurso, mas estão longe de darem conta do fenômeno linguístico como um todo. Por um lado, para constituir-se como ciência, com Saussure, no início do século XX, a linguística estabelece seu objeto de estudo: a língua sistêmica. Também cria um modelo de ciência que privilegia um objeto abstrato, e a língua sistêmica, a *langue*, paira soberana sobre aqueles que a usam de fato. Por outro lado, a *parole* (língua em ação) é deixada de fora das preocupações da linguística, e fica

de fora, também, o sujeito¹. Entre os pontos não abordados pela linguística canônica, a análise do discurso volta-se para as questões do sujeito e da historicidade.

A teoria marxista é integrada à análise do discurso na medida em que a língua é vista como trabalho, como produto social, como modificação do homem sobre o que o rodeia, e, portanto, submetida às leis de ordenamento social em está inserida. Segundo esse ponto de vista, as classes sociais diversas falam a mesma língua, mas a falam de maneira diferente. A maneira como usam a língua constitui o sujeito que a usa. É como se uma mão enorme com o dedo em riste se voltasse para cada um de nós desde sempre, acompanhada da seguinte pergunta “quem é você”? A resposta a essa pergunta constitui a maneira como alguém vê o mundo e também a maneira como alguém imagina que o mundo o vê. Esse jogo simbólico imaginário acaba por dar ao sujeito a chave de interpretação de seu papel social, e consequentemente do modo de língua que vai usar, do que pode e deve ser dito.

O terceiro vértice do tripé que circunda a análise do discurso é a teoria psicanalítica, segundo a qual a instância inconsciente — tal como concebida por Lacan —, permite que o sujeito se julgue onipotente, onisciente, origem de seus próprios enunciados e inteiramente responsável por eles. Há um esquecimento, ou uma ilusão, (PÊCHEUX, 1988) que dá ao sujeito essa garantia. Nenhum sujeito seria capaz de dizer nada nem de produzir discursos se não for tomado por essa ilusão. Nesse sentido, não estamos aqui dizendo que esse esquecimento ou ilusão deve ser desfeita, em absoluto. Esse mecanismo faz parte do modelo criado pela análise do discurso para compreender as questões do seu objeto de estudo, a saber, o discurso.

Por discurso, a análise do discurso compreende um objeto que se produz socialmente através de sua materialidade específica (a língua). *Discurso*, então, significa de forma diferente do uso comum da palavra. *Discurso* não é o que se diz, não é uma fala específica, mas sim, por um lado, é a materialização de uma ideologia, por outro lado, é, numa dispersão de textos, o que se marca como social e histórico. Assim sendo, o discurso é uma construção teórica a que se chega, e não um ponto de partida.

¹ A esse respeito é interessante ressaltar que Saussure fala em *imagem acústica* em sua conceituação de signo linguístico. Com base nesses termos, as línguas de sinais estariam fora do alcance da definição por não produzirem nenhuma imagem acústica.

Para chegar a essa construção, pretendemos tecer algumas considerações sobre as condições de produção do discurso sobre surdez que circundava o Congresso de Milão. Para tal é importante sublinhar como os surdos eram lidos e compreendidos naquele momento histórico.

2. *A questão da anormalidade*

Tratar o Congresso de Milão do ponto de vista discursivo requer tratar das condições de produção. Esse conceito – definido como “o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em ‘circunstâncias’ dadas” (PÊCHEUX, 1997: 74) – foi proposto como uma maneira de explicar o processo de produção de discurso, ou melhor, de explicar a relação com a exterioridade que lhe é constitutiva. Ao abor-darmos a exterioridade, referimo-nos às condições de produção do discurso, ou seja, aos contextos situacionais e sócio-históricos. Esses são elementos que, mesmo não marcados materialmente no discurso, fundam sua constituição. E quais seriam as condições sócio-históricas de constituição dos discursos que circulavam nesse congresso?

O século XIX foi marcadamente instituído por uma visão biologi-zante do corpo, ou daquilo que seria considerado um corpo normal saudá-vel e produtivo. Tal visão é enunciada por Foucault (2006).

O capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica. (FOUCAULT, 2006:80).

Segundo salienta Foucault, a medicalização do corpo, nos primórdios do capitalismo, está ligada à disciplinarização, ao controle do corpo biológico e complementaríamos, do corpo social. Tomando como parâmetro o que se fazia necessário para a força de produção, delineia-se a categoria “normal”. E como seria possível caracterizar tal categoria? Para Foucault (2010),

A norma é portadora de uma pretensão ao poder. A norma não é simplesmente um princípio, não é nem mesmo um princípio de inteligibilidade; é um elemento a partir do qual certo exercício do poder se acha fundado e legitimado (FOUCAULT, 2010, p. 43).

Assim como a categoria *normal*, uma construção social e, por conseguinte, histórica, a categoria *anormal* é produzida, em cada período histórico, e legitimada pelo exercício de determinados poderes. Se outrora a anormalidade estava vinculada ao campo do sobrenatural, com o desenvolvimento da ciência moderna (BUENO, 2006) esta categoria passou à intervenção controlada, tendo como base o paradigma biológico. Podemos observar, na forma como funcionava a intervenção, o que Foucault (2010) designa de “poder de normalização”.

Sob a perspectiva positivista, a relação normalidade/anormalidade foi construída, especificamente, sobre as ditas anormalidades de origem orgânica, tais como surdez, cegueira e deformidade física, visto que essas “parecem carregar uma marca não universal ante a espécie que “[...] caracteriza-se, em toda a sua história, como possuidora de aptidões para ouvir, enxergar e se locomover” (BUENO, 2006, p. 167). O autor constata que tais anormalidades não são determinadas por “distinções universais abstratas”, mas por determinações construídas historicamente. Em outros termos, as anormalidades são estabelecidas quando e onde determinados requisitos e expectativas sociais são requeridos. Por exemplo, a “deficiência mental” só passou a ser identificada no final do século XVI-II, período em que uma determinada forma de produção intelectual foi exigida. A surdez, por sua vez, na Antiguidade Clássica¹, já era identificada como diferença, desde então, e também por boa parte da história da humanidade, foi estigmatizada.

Observa-se uma determinada ingerência sobre os corpos daqueles considerados perigosos. Uma verdadeira higienização dos sujeitos na tentativa de normalizá-los. Constata-se que, no final do século XIX e no início do século XX, houve uma “preocupação” com a educação de sujeitos com deficiência. Qual seria o motivo de súbito interesse? Como já nos referimos anteriormente, o século XVIII, segundo Foucault (2010), implantou-se determinado aparelho de Estado em que uma técnica de exercício de poder que foi desenvolvida e aperfeiçoada em diversas instituições, ao longo dos anos. Acometeu-se um processo geral de normalização social e política, do qual podemos constatar alguns efeitos de norma-

¹ No diálogo “Crátilo”, Platão introduz o assunto na voz de Sócrates e o faz enunciando em relação às pessoas surdas e à possível existência das línguas de sinais: “se não tivéssemos voz nem língua, mas apesar disso desejássemos manifestar coisas uns para os outros, não deveríamos, como as pessoas que hoje são mudas, nos empenhar em indicar o significado pelas mãos, cabeça e outras partes do corpo?” (PLATÃO, *apud* SACKS, 1998, p. 29)

lização. Para Foucault (2010), tais efeitos manifestaram-se no domínio “da educação, com suas escolas normais; da medicina, com a organização hospitalar; e também no domínio da produção industrial. E [...] no domínio do exército” (p. 42). Nas instituições criadas para atender os sujeitos considerados deficientes, aplicavam-se práticas normalizadoras - entendidas como práticas que pretendiam adaptar ou, até mesmo, curar. De fato, eram uma forma de disciplinar os corpos por uma rede de poderes/saberes de forma que os alunos operassem em padrões de “normalidade”. Em última instância, o corpo era o alvo desse poder normalizador.

A medicina, baseada em princípios da ciência moderna atrelada à administração, às “‘técnicas’ de gestão social dos indivíduos” (PÊ-CHEUX, 2002, p. 30), buscava a universalização da verdade sobre os corpos e, sob o manto da normalidade idealizada, vinculada à administração, convertia-se suas práticas em espaços de poder, de controle. E, no sistema capitalista, esse controle dos corpos está associado ao “corpo enquanto força de produção, força de trabalho” (FOUCAULT, 2006, p. 80). Em defesa da sociedade, justificar-se-ia confinar esses sujeitos ditos anormais e, por conseguinte, “perigosos” em instituições próprias e torná-los, dentro do possível, corpos disciplinados para determinada força de trabalho.

Para Lunardi (2004), com a institucionalização da escola obrigatória, dois tipos de infância “perigosa” são constituídos: a infância delinquente e a infância anormal. Ambas as infâncias foram assumidas por uma “pedagogia corretiva” (SKLIAR, 2010), sejam os primeiros em instituições de correção, sejam os segundos em institutos especializados. O Estado Moderno, assim como suas práticas, foi constituído a partir de uma visão legitimadora de ciência. Logo, a reabilitação e a pretensa cura da “anormalidade” deveriam ocorrer em confinamento, sendo que a diferença de classes não se apagava. Por exemplo, os filhos surdos de famílias abastadas não permaneciam nos institutos especializados em regime de internato. A esses surdos era facultado o regime aberto. Averiguamos que a diferença de classes, no sistema capitalista, sobrepõe-se até mesmo a determinadas construções sobre “anormalidade”.

Acabamos de traçar um breve panorama da historicidade em que estava imerso o Congresso de Milão. Destacamos que o Congresso ocorreu no final do século XIX, período em que os efeitos do poder normalizador foram naturalizados, postos como evidentes¹. Em outros termos, os

¹ Pode-se constatar a votação quase unânime das oito resoluções resultantes do congresso.

sentidos estabilizados sobre a normalização de surdos se davam como uma evidência. Desta forma, mesmo que sob um ponto de vista teórico distinto, Skliar ressalta que

Ainda que seja uma tradição mencionar seu caráter decisivo, o Congresso de Milão, de 1880 - onde os diretores das escolas para surdos mais renomadas da Europa propuseram acabar com o gestualismo e dar espaço à palavra pura e viva, à palavra falada- não foi a primeira oportunidade em que se decidiram políticas e práticas similares.[...] Apesar de algumas oposições, individuais e isoladas, o referido congresso constituiu não o começo do ouvintismo e do oralismo, mas sua legitimação oficial [...] o ouvintismo, ou o oralismo, não pode ser pensado somente como um conjunto de ideias e práticas simplesmente destinadas a fazer com que os surdos falem e sejam como os ouvintes. Convivem dentro dessas ideias outros pressupostos: os filosóficos - o oral como abstração, o gestual como sinônimo de obscuridade do pensamento; os religiosos - a importância da confissão oral, e os políticos - a necessidade da abolição dos dialetos, já dominantes no século XVIII e XIX (SKLIAR, 2010, p. 16-17).

Na contemporaneidade, como descreve Skliar, deixa-se de ter uma marca de banimento ostensivo em favor de um controle na educação, nas práticas religiosas, nas políticas de língua dos estados modernos no sentido de homogeneizar para melhor controlar; contudo, os sentidos postos por essa marca de banimento permanecem produzindo efeitos de estigmatização. Parece-nos possível dizer que o congresso de Milão é um acontecimento discursivo, pois reivindica para a ciência o saber sobre as línguas, sobre o corpo, sobre a educação e filia a oralidade a uma nova ordem de discurso: o saber científico moderno.

Como os processos históricos de significação estão sempre em movimento, os sentidos podem ser ressignificados ou de-significados – “significando pela censura e pela interdição” (ORLANDI, 2002, p. 47). Por muito tempo (e talvez ainda na atualidade), as línguas de sinais sejam de-significadas por ser a língua de sujeitos que carregam a designação histórica de “anormais”. O que é trazido à lembrança, silencia outras versões de um mesmo acontecimento, e o que é esquecido pode propiciar a ruptura de uma rede de sentidos, visto que tal rede é tecida por resistência, ambiguidades, deslocamentos. Então, não se trata apenas de lembrar ou esquecer, mas: o que lembrar e o que esquecer? Por que lembrar e por que esquecer? O que se esquece lembrando e o que se lembra esquecendo sobre o referido congresso?

Embora o congresso tenha filiado a oralidade a uma nova ordem do discurso, as línguas de sinais, silenciadas, puderam, por deslocamentos, ambiguidades, criar pequenas fissuras nesse bloco pretensamente homogêneo de sentidos. A sátira, o deboche, o riso, a piada é o lugar de

“esgarçamento da ideologia” oralista. Ou como Pêcheux nos propõe “a interpelação ideológica como *ritual* supõe reconhecer que não há ritual sem falhas” (PÊCHEUX, 1988, p. 300-1), ou seja, as práticas discursivas, materialmente textualizadas, são práticas ideológicas reguladas por rituais sujeitos a falhas. O humor pode ser o lugar da resistência, “das vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio” (idem, p.301). Como tratar do humor, da anedota, do riso em análise do discurso? Para Pêcheux (1988), os chistes são como um sintoma da resistência ao assujeitamento ideológico. Isso não significa dizer que o sujeito é consciente e desidentifica-se à formação discursiva na qual se insere. Ao desidentificar-se, o sujeito já se identifica à outra formação discursiva.

Quais efeitos que o congresso, mais especificamente, as oito resoluções atribuíram às línguas de sinais? Qual imagem de língua foi impudada às línguas de sinais? Essas e outras questões pretendemos responder na seção a seguir.

3. *Procedimentos Analíticos: As Oito Resoluções*

No que tange às questões teórico-analíticas, a análise do discurso não pretende configurar um método fechado e totalmente formalizado como é suposto em uma visada positivista. Muito pelo contrário, em análise do discurso, não é possível recorrer a um método específico, a uma metodologia de pesquisa definida por critérios empíricos. Em outros termos, não há um método a ser seguido, mas caminhos a serem construídos pelo analista frente às questões de pesquisa e ao seu material de análise. Como foi dito, os conceitos teóricos têm seu valor enquanto operadores na análise.

Orlandi (1999) indica três grandes etapas metodológicas possíveis de serem realizadas em uma pesquisa inspirada pelo quadro teórico da análise do discurso. A primeira refere-se à constituição do *corpus*, a segunda trata da delimitação do objeto discursivo e a terceira corresponde à investigação do processo discursivo. Cabe destacar que todas as etapas estão intimamente ligadas, assim como seus procedimentos. Dessa forma, a análise não é uma atividade final que objetiva descrever dados, mas um processo contínuo, iniciado pela constituição do *corpus* – que se organiza face à natureza do material e à(s) pergunta(s) de pesquisa – e finalizado pelo cotejo de determinados funcionamentos discursivos. O ponto

de vista teórico é imprescindível, uma vez que baliza todo processo de análise. E esta, por sua vez, retorna ao corpo teórico.

O *corpus* em análise do discurso é instável e provisório. Isso nos remete a pensar o *corpus* não como um depósito de dados prontos que podem ser observados e medidos, mas uma construção de montagens discursivas que obedecem a determinados critérios teóricos em face aos objetivos da pesquisa. No caso do presente trabalho, o *corpus* discursivo é constituído por sequências discursivas recortadas das oito resoluções resultantes do Congresso de Milão. Como nos lembra Orlandi (1999), nunca estamos diante de um *corpus* inaugural, pois ele resulta de uma construção do próprio analista. O objeto de análise não é algo pronto, precisa receber certos tratamentos. Esse primeiro tratamento da materialidade linguística fornece pistas para a compreensão do modo de funcionamento do discurso, ou melhor, a partir de “vestígios” linguísticos a análise do processo discursivo pode ser desenvolvida. Tais “vestígios” linguísticos – marcas identificáveis na superfície linguística que remete à existência material da língua (PÊCHEUX, 1988) – não apresentam uma relação automática com o processo discursivo. Deve-se considerar o modo como tais marcas aparecem no discurso. Os vestígios, ou ainda marcas linguísticas, recorrentes foram os itens lexicais: língua oral; língua articulada; contaminar; entre outros.

O trabalho do analista do discurso é de superficializar enunciados, ou seja, trabalhar com eles através de comparações, substituições, e marcas de sentido, entre outros recursos, numa tentativa de chegar da materialidade da língua (decifração da leitura) aos enunciados (interpretação de sentidos) e, finalmente, às suas marcas ideológicas (compreensão das condições sócio-históricas em que foram produzidos os enunciados). Seguindo essa abordagem discursiva, interessa-nos sobremaneira os enunciados, ou seja, o que foi dito no congresso de Milão e sobre o congresso de Milão. Para o presente trabalho, consideramos apenas os enunciados do congresso e tomamos as oito resoluções que dele resultaram¹:

1. O uso da língua falada, no ensino e educação dos surdos, deve preferir-se à língua gestual;
2. O uso da língua gestual em simultâneo com a língua oral, no ensino de surdos, afeta a fala, a leitura labial e a clareza dos conceitos, pelo que a língua articulada pura deve ser preferida;

¹ http://pt.wikipedia.org/wiki/História_dos_surdos. Acesso em: 12-06-2011.

3. Os governos devem tomar medidas para que todos os surdos recebam educação;
4. O método mais apropriado para os surdos se apropriarem da fala é o método intuitivo (primeiro a fala depois a escrita); a gramática deve ser ensinada através de exemplos práticos, com a maior clareza possível; devem ser facultados aos surdos livros com palavras e formas de linguagem conhecidas pelo surdo;
5. Os educadores de surdos, do método oralista, devem aplicar-se na elaboração de obras específicas desta matéria;
6. Os surdos, depois de terminado o seu ensino oralista, não esqueceram o conhecimento adquirido, devendo, por isso, usar a língua oral na conversação com pessoas falantes, já que a fala se desenvolve com a prática;
7. A idade mais favorável para admitir uma criança surda na escola é entre os 8-10 anos, sendo que a criança deve permanecer na escola um mínimo de 7-8 anos; nenhum educador de surdos deve ter mais de 10 alunos em simultâneo;
8. Com o objetivo de se implementar, com urgência, o método oralista, deviam ser reunidas as crianças surdas recém admitidas nas escolas, onde deveriam ser instruídas através da fala; essas mesmas crianças deveriam estar separadas das crianças mais avançadas, que já haviam recebido educação gestual, a fim de que não fossem contaminadas; os alunos antigos também deveriam ser ensinados segundo este novo sistema oral.

Trabalhamos então com esse texto e procuramos lê-lo através de um dispositivo analítico. O primeiro dispositivo analítico que escolhemos é constituído pela referência ao termo *língua*. Os recortes (unidades de sentido) nós levam a:

SD1 – O uso da *língua falada*, no ensino e educação dos surdos, deve preferir-se à *língua gestual*.

SD2 – O uso da *língua gestual* em simultâneo com a *língua oral*, no ensino de surdos, afeta a fala, a leitura labial e a clareza dos conceitos, pelo que a *língua articulada pura* deve ser preferida.

SD3 – Os surdos, depois de terminado o seu ensino oralista, não esqueceram o conhecimento adquirido, devendo, por isso, usar a *língua oral* na conversação com pessoas falantes, já que a fala se desenvolve com a prática.

A primeira pergunta que nos fazemos é: qual a diferença entre *língua falada / língua oral / língua articulada pura*? Por que essa diferença? Certamente não são a mesma coisa. Interpretamos que *língua falada* refere-se à *língua articulada pura*. Será que a *língua oral* é a que os surdos devem usar? Não se chega a esse sentido explicitamente, porém, ao analisarmos o adjetivo “pura” em *língua articulada pura*, não podemos nos furtar a tomá-lo no sentido de “livre de impurezas”, “limpo”. Haveria então um discurso apontando para uma inferioridade latente dos surdos em relação aos ouvintes? Parece que nossa hipótese se confirma com o enunciado que apoia nossa interpretação, a seguir:

SD4 – Com o objetivo de se implementar, com urgência, o método oralista, deviam ser reunidas as crianças surdas recém admitidas nas escolas, onde deveriam ser instruídas através da fala; essas mesmas *crianças deveriam estar separadas das crianças mais avançadas*, que já haviam recebido educação gestual, *a fim de que não fossem contaminadas*; os alunos antigos também deveriam ser ensinados segundo este novo sistema oral.

Bem, a separação das crianças para “que não fossem contaminadas” remete-nos aos sentidos de língua gestual como doença, como impureza, como algo a ser evitado. Um corpo a ser banido. Aparentemente, também, o remédio seria o ensinamento através deste *novo sistema oral*, embora o máximo a que o surdo pudesse chegar era a usar uma língua oral, e nunca uma língua falada, como tal.

Perguntamo-nos o que haveria de novo *nesse novo sistema oral*? O que é novo aí?

Sabemos que os surdos sempre lutaram muito por sua identidade e até mesmo pela vida ao longo da antiguidade, da idade média e da contemporaneidade. Mas no momento em que a ciência se reafirma no início do século XX, quando se poderia supor que as crenças supersticiosas e religiosas do passado teriam definitivamente sido vencidas pela razão, eis que percebemos um deslocamento de sentidos de outro discurso (religioso) para o novo discurso dominante (científico). A novidade é o novo senhor do discurso, não mais as crenças nem as convicções do passado. Tratava-se de dar a eles um novo respaldo, agora, na ciência. Gostaríamos de enfatizar que tais deslocamentos de discursos não são resultados de vontades individuais nem devem ser tomados como atos realizados conscientemente. Estamos tratando de discursos, e portanto estamos falando de processos sócio-históricos.

Em nosso breve trabalho, ressaltamos a importância do que nos parece óbvio, ou seja, era óbvio para os participantes do Congresso de Milão que os surdos deveriam aprender a usar a língua oral. Não há nenhuma dúvida sobre essa obviedade, e isso em si, já é sinal do violento efeito ideológico a que estavam submetidos os atores de momentos tão infelizes para a educação dos surdos durante quase um século.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUENO, José Geraldo S. A produção social da identidade do anormal. In: FREITAS, Marcos C. (Org.). *História social da infância no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 163-185.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

_____. *Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

LUNARDI, Márcia L. Educação especial: institucionalização de uma racionalidade científica. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Orgs.). *A invenção da surdez: cultura, identidade, diferença e alteridade no campo da educação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, p. 15-32.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

_____. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: UNICAMP, 1988.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.

SACKS, Oliver. *Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SKLIAR, Carlos. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: _____. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2010, p. 7-32.